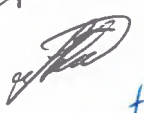



FUNDAÇÃO
BERNARDO BARBOSA DE QUADROS

Anexo

2022

Clavares

S: 2/5
J. António Cabral

2/5/7



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	9
8	Financiamentos Obtidos	11
9	Inventários	11
10	Rédito	11
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	11
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
13	Outras Informações	12
13.1	Investimentos Financeiros	12
13.2	Clientes e Utentes	12
13.3	Outros ativos correntes	12
13.4	Diferimentos	13
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	13
13.6	Fundos Patrimoniais	13
13.7	Fornecedores	13
13.8	Estado e Outros Entes Públicos	14
13.9	Outros Passivos Correntes	14
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração	14
13.11	Fornecimentos e serviços externos	14
13.12	Outros rendimentos.....	15
13.13	Outros gastos	15
13.14	Resultados Financeiros	15
14	Benefícios dos empregados	16
15	Acontecimentos após data de Balanço.....	16
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16

J. António Cabrita

Travares

S. 16/15

J. B.

1 Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO BERNARDO BARBOSA DE QUADROS” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 142 de 20/06/1960, Série III, com sede na Quinta do Linheiro, Sanfins, Rocas do Vouga.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Stavakis

Stavakis

Liberty

Stavakis

Cabeça



As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista. As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Stavara
Silva
António Calvo



3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.



Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal



como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2022					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/ Vendas	Transferências	Saldo final
Custo					
Terrenos e recursos naturais	65 353,35				65 353,35
Edifícios e outras construções	2 255 808,95	1 633,44			2 257 442,39
Equipamento básico	210 416,38	45 817,53			256 233,91
Equipamento de transporte	180 637,09	10 000,00			190 637,09
Equipamento administrativo	127 393,74	2 686,75			130 080,49
Outros Ativos fixos tangíveis	70 490,17	4 781,29			75 271,46
Ativos fixos tangíveis em curso	3 388,80	10 370,92		-3 388,80	10 370,92
Total	2 913 488,48	75 289,93	0,00	-3 388,80	2 985 389,61
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	12 028,51	838,20			12 866,71
Edifícios e outras construções	738 115,71	50 455,91			788 571,62
Equipamento básico	171 583,24	10 478,61			182 061,85
Equipamento de transporte	165 072,92	2 842,26			167 915,18
Equipamento administrativo	83 006,90	1 194,45			84 201,35
Outros Ativos fixos tangíveis	98 433,43	2 362,87	-395,00		100 401,30
Total	1 268 240,71	68 172,30	-395,00	0,00	1 336 018,01

2021					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/ Vendas	Transferências	Saldo final
Custo					
Terrenos e recursos naturais	65 353,35				65 353,35
Edifícios e outras construções	2 255 808,95				2 255 808,95
Equipamento básico	207 639,13	2777,25			210 416,38
Equipamento de transporte	180 637,09				180 637,09
Equipamento administrativo	125 085,69	2308,05			127 393,74
Outros Ativos fixos tangíveis	70 490,17				70 490,17
Ativos fixos tangíveis em curso	1918,80	1470			3 388,80
Total	2 906 933,18	6 555,30	0,00	0,00	2 913 488,48
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	11 190,31	838,20			12 028,51
Edifícios e outras construções	687 659,80	50 455,91			738 115,71
Equipamento básico	164 721,78	6 861,46			171 583,24
Equipamento de transporte	162 647,33	2 425,59			165 072,92
Equipamento administrativo	82 592,14	414,76			83 006,90
Outros Ativos fixos tangíveis	96 823,89	1 609,54			98 433,43
Total	1 205 635,25	62 605,46	0,00	0,00	1 268 240,71

8 Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	45 000,00	207 229,32	252 229,32	45 000,00	239 521,18	284 521,18
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	0,00
Total	45 000,00	207 229,32	252 229,32	45 000,00	239 521,18	284 521,18

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	11 521,88			11 512,91			11 451,91
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8 096,99	109 292,42		8 140,51	141 522,37		11 384,00
Produtos acabados e intermédios	2 985,50			1 815,95			1 354,10
Autoconsumos	-		3 580,07	-		0,00	-
Total	22 604,37	169 476,82	3 580,07	21 469,37	141 522,37	0,00	24 190,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				112 837,94			138 339,88
Variações nos inventários da produção				-1 169,55			-461,85

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Vendas	7 389,07	14 883,22
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	433 584,44	345 309,89
Serviços secundários	39 497,88	32 283,86
Juros	93,71	0,00
Dividendos	0	67,41
Total	480 565,10	392 544,38

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sem aplicação na entidade.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
IFAP - Projeto 766203	61 518,09	51 939,10
FEDER - Centro Noite	227 688,51	238 514,48
Centro de Noite - Camara SV	8 865,80	9 286,49
Projeto MASES	47 660,78	61 583,62
POAPMC - PAC	3 269,40	3 571,95
Ampliação Lar Idosos - PRODER	185 000,00	200 000,00
Total	534 002,58	564 895,64

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Investimentos em associadas		
Outros Métodos		
Participações Capital - Mirtilusa, Lda	3 522,54	3 522,54
Participações de Capital - Cooperativa A. Sanfins	22,50	22,50
Outros investimentos financeiros		
Fundo FRSS	289,77	289,77
FCT	5 007,37	3 952,46
Total	8 842,18	7 787,27

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	27,983.10	28,299.84
Utentes	9,342.48	9,761.29
Clientes e Utentes - Cobrança duvidosa		
Utentes	1,462.61	-
Clientes e Utentes - Imparidades		
Utentes	-1462.61	-
Total	37,325.58	38,061.13

13.3 Outros ativos correntes

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Devedores p/ acréscimos de rendimentos	7371,65	5331,63
IEFP	1 879,07	8 706,15
POAPMC	0,00	29 315,78
PDR		-
Programa Adaptar Social +	-	-
Fornecedores (saldo devedor)	-	-
Outros Devedores	37,92	330,00
Total	9 288,64	43 683,56

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	997,12	1 118,65
Outros	1 435,51	1 572,17
Total	2 432,63	2 690,82
Rendimentos a Reconhecer		
POAPMC	2 446,58	5 127,93
IEFP	664,80	0,00
Outros	0,00	14 654,57
Total	3 111,38	19 782,50

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	2 735,95	1 248,88
Depósitos à ordem	43 821,14	37 998,16
Total	46 557,09	39 247,04

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	365 776,32	-	-	365 776,32
Resultados transitados	406 126,93	-	-10 799,64	395 327,29
Outras variações nos fundos patrimoniais	564 895,64	11 767,74	-42 660,80	534 002,58
Total	1 336 798,89	11 767,74	-53 460,44	1 295 106,19

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	35 461,79	31 548,35
Total	35 461,79	31 548,35

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 926,73	2 531,51
Total	1 926,73	2 531,51
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	815,14	2 782,80
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3 821,00	3 097,75
Segurança Social	22 824,62	20 596,25
Outros Impostos e Taxas	0	81,17
Total	27 460,76	26 557,97

13.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	542,04	-	1 539,26
Fornecedores de Investimentos	-	0,00	-	0,00
Credores por acréscimo de gastos	-	112 694,49	-	91 311,40
Outros credores	-	1 261,08	-	19 853,56
Total	0,00	114 497,61	0,00	112 704,22

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	408 505,74	419 173,60
ISS, IP - Centro Distrital	392 820,97	382 114,22
IEFP	9 782,89	28 816,66
FSE (POAPMC)	4 501,88	5 421,72
DGAL - Dir. Geral Autarquias Locais	0,00	2 314,00
IAPMEI	1 400,00	507,00
Subsídios de outras entidades	72 941,60	59 290,01
Autarquias	72 914,34	58 912,00
IFAP - Subsídio agricultura	27,26	378,01
Total	481 447,34	478 463,61

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

OTAVIANO
[Handwritten signatures]

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	943,55	69,83
Serviços especializados	36 025,63	27 586,32
Materiais	2 290,24	2 094,20
Energia e fluidos	63 845,63	78 152,91
Deslocações, estadas e transportes	0,00	1 567,44
Serviços diversos	8 286,54	9 787,31
Encargos com Utentes	4 114,87	10 160,34
Total	115 506,46	129 418,35

13.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Descontos de pronto pagamento obtidos	192,42	134,4
Ganhos em Inventários	0	910,82
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	20 924,57	14 532,46
Outros rendimentos e ganhos	75 575,22	55 411,78
Total	96 692,21	70 989,46

13.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	2 855,04	4 009,05
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01	1,56
Dívidas Incobráveis	1 228,75	0,00
Perdas em inventários	0,00	20,00
Outros Gastos e Perdas	21 638,50	14 346,72
Total	25 722,30	18 377,33

13.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5 810,70	9 493,06
Outros gastos e perdas de financiamento	263,86	0,00
Total	6 074,56	9 493,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	0,00
Dividendos obtidos	93,71	67,41
Total	93,71	67,41
Resultados Financeiros	-5 980,85	-9 425,65

14 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram 5.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 foi de 46.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos órgãos sociais	14 798,00	0,00
Remunerações ao pessoal	526 557,29	515 319,97
Encargos sobre as Remunerações	111 436,29	100 547,81
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 410,98	5 387,82
Outros Gastos com o Pessoal	89,01	1 867,87
Total	659 291,57	623 123,47

15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data eventos com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Rocas do Vouga, 31 de março de 2022

O Contabilista Certificado

David Alves

O Concelho de Administração

[Handwritten Signature]

Carla Maria Martins Soares

S: Luísa V. B. L. S.

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]